

Primário pago, para superior gratuito

17 MAR 1997

08079 9

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO

Com a sua habitual e penetrante lucidez no tratamento dos problemas políticos e econômicos, Roberto Campos fala dos "Predadores simpáticos" (O GLOBO, 2/03), atribuindo-lhes parte na responsabilidade pelo "deprimente desempenho educacional em nosso país". Vinte milhões de analfabetos, o mesmo número que havia em 1901. Isso, evidentemente, sem contar os analfabetos funcionais (os que conhecem as letras, mas não entendem o que lêem), pois, se os incluirmos, o número dobraria ou triplicaria. Essa triste e humilhante situação não decorre da míngua de verba. A percentagem que os nossos orçamentos destinam à educação (3,7%) é comparável à do Chile, da Argentina e da Coreia. O nosso desempenho é que é muito inferior: andamos pelos níveis de Paquistão e Bangladesh. É claro que grande parte desse dinheiro se esvai em desperdício, desvios e roubos deslavados. Há, porém, uma causa situada em outra linha: o suntuoso vazio e inoperante e a iniqüidade (falta de aprimorar a Justiça com a eqüidade na distribuição das verbas). Se tenta por cento vão para o ensino superior, onde o custo de um aluno equivale ao de 22 ou 30 crianças em classe de alfabetização. E "não há justificativa", disse Friedman em seu "Liberdade de escolher", "para (o Estado) subvencionar pessoas que obtêm educação superior às expensas dos que nada conseguem". Devemos ser mais precisos: não há razão para o Governo financiar o ensino de um estudante que pode pagar, se isso se faz em detrimento de 30 crianças de 6 anos que ficam sem alfabeto. E isso ocorre por uma equivocada presunção de generosidade, por uma falsa idéia populista, que, pensando defender os menos aquinhoados, aumenta a sua miséria.

Construir um Ciep, por exemplo, pode parecer um movimento para proporcionar ao carente uma escola de excelência. Na verdade, não chega a ser essa escola excelente, porque não há como equipá-la de pessoal (a educação é sempre um relacionamento de pessoa a pessoa) habilitado para isso e consome o

recurso com que se poderiam construir escolas pequenas, capazes de atender não apenas uma de cada dez crianças, mas todas elas.

Já o velho Aristóteles nos advertia. Podemos em nossos devaneios desejar o impossível (sonhar ser Bach ou Beethoven, sonhar ser o mais rico dos rajás), mas o homem do Governo não pode propor-se o impossível, a escola do futuro, em vez da escola do presente; deve escolher, entre o bom possível e o melhor impossível, o primeiro, não o segundo.

A questão levantada por Roberto Campos, apoiado em Ib Teixeira, é o ensino superior sempre gratuito, por imposição constitucional. Numa faculdade federal de medicina, de cada cem alunos, 88,54% vêm de escolas secundárias pagas, a maioria deles em condições financeiras que lhes permitiriam pagar *algo* desse ensino. A situação seria legítima, se não houvesse nenhuma criança sem escola. Mas enquanto isso não é viável, a eqüidade (dar a cada um segundo a sua necessidade) seria que o estudante de nível superior, com recurso, pagasse *algo* do custo de seu ensino, permitindo ao poder público destinar essa verba à escola fundamental. Nesse sentido, houve um projeto de lei (114/89) do senador Francisco Rollemburg, digno de aplauso, mas que ficou engavetado. Devia ser ressuscitado. Não há razão para uma Constituição, que se intitula democrática, proibir o Governo de adotar rumos mais eqüitativos, se esses existirem.

Finalmente, permito-me uma referência particular ao trabalho de Ib Teixeira ("Conjuntura Econômica", 1997, e O GLOBO, 21/02/97). Há ou parece haver uma mal velada má vontade com a escola particular. Como se dissesse: vocês estão caprichando demais na preparação das elites e, assim, fechando a oportunidade para os que nelas não se agrupam. Poderia responder dizendo que o Colégio de São Bento e outras escolas particulares fazem a sua parte. Não é a elas que deve ser imputado, como culpa, o fato de 70% dos acolhi-

dos pelas escolas superiores venham de suas salas de aula. Essa má vontade transparece também nessas tentativas de mudar o vestibular. Ele está mostrando que o rei está nu.

Não é verdade que escola particular esteja aberta apenas à chamada elite. O Colégio de São Bento, que eu conheço melhor, está no seu 139º aniversário e foi gratuito durante muito tempo. Quando, por dificuldades financeiras, deixou de o ser, sempre acolheu uma percentagem de alunos não contribuintes. Até há alguns anos, quando as leis eram mais sensatas, recebia um bom número de bolsistas do Ministério da Educação. Ainda este ano, somando bolsas totais e reduções, chegamos a cerca de 20% dos alunos. Não é, pois, um colégio fechado a uma elite; é um colégio de gente ou, melhor, de crianças.

Há, entretanto, um esclarecimento, menos importante, mas que me toca particularmente por oferecer uma imagem deformada do Colégio de São Bento, que não posso deixar de fazer ao trabalho do economista Ib Teixeira. Não sei como o senhor Ib Teixeira chegou ao valor US\$ 100 mil para o custo/aluno do São Bento, nos 11 anos que formam o Primeiro e Segundo Graus. Não sei como chegou a esse número, não sei como

**Não é verdade
que escola
particular
esteja aberta
apenas à... elite**

não desconfiou que estava errado, ao confrontá-lo com o de outro colégio. Nem mesmo acrescentando ao custo ensino (que seria o que corretamente se poderia confrontar) o custo do tempo integral (alimentação e estudo dirigido) e, ainda, o custo da condução (restrita a pouco alunos e somente aos menores) se chegaria a essa quantia. O certo, o correto seria comparar o que é comum — o custo ensino. Esse, nos valores 1997, totalizariam R\$ 49.344 (oito anos do Primeiro Grau e três anos do Segundo). O economista comparou alhos com bugalhos. Assim, não vale.

DOM LOURENÇO DE ALMEIDA PRADO é monge beneditino e diretor do Colégio de São Bento.